

PARTIDO DOS TRABALHADORES

SECRETARIA DE CULTURA

TESE - RESISTÊNCIA CULTURAL

PT 2021

CULTURA

“ Nunca podemos descansar enquanto houver injustiça” Sérgio Mamberti

Para Teixeira Coelho em seu (Dicionário Crítico de Política Cultural), Cultura é aquilo que caracteriza o modo global de vida em uma comunidade, um processo coletivo pelo qual indivíduos e grupos sociais expressam suas próprias necessidades e desejos simbólicos. As manifestações culturais, por essa concepção, não são determinadas pela ordem social global, são elementos decisivos na definição dessa ordem. E não se restringem a elementos/objetos/atividades, mas integram um vasto sistema de significações. Não seria exagero afirmarmos que “ Tudo é Cultura” ou cultural .

Assim, abre-se o leque para um conjunto de questões ao falarmos de cultura, pensando não só os estritamente ligados às manifestações culturais e expressões artísticas, mas também aos que dão significado à existência humana como um todo. Estamos falando da concepção antropológica da cultura, que enxerga o conjunto dos aspectos humanos como culturais, ou seja, fruto de heranças de seus semelhantes e das trocas diversas: de experiências, saberes, construções individuais e coletivas.

Entender o que a sociedade denomina cultura, não passa de saber geral de uma civilização. E , o saber geral não se reduz a ciência, nem mesmo ao conhecimento. Ele mistura-se as idéias do saber-fazer, saber-viver, de saber-escutar. Tradução de vida em tempo real.

O Povo possui o seu saber narrativo e a sua legitimação de saber, que é tão importante quanto o saber da ciência. Essa sabedoria popular encontramos nas plantas medicinais, nas mitologias afro e ameríndias, nas práticas performativas e nos costumes de nossa civilização.

Entendendo que cultura é a reflexão do modo de viver de uma sociedade, de acordo com o lugar em que habitam e que, Governos representam coletivamente as necessidades dessa mesma sociedade, estamos diante de uma dialética, permanentemente interrompida.

Historicamente a cultura tem caráter genuíno com o socialismo. Muito embora, temos observado mundo afora sistemas capitalistas em várias escalas. Por um lado, enriquece e enaltece setores da produção cultural e por outro deixa grandes massas populares envolvidas com a cultura sob precárias condições de vida.

Para quem acredita que os sistemas econômicos são determinantes para uma sociedade, podemos refletir na nossa atualidade a força da cultura de um povo nos últimos acontecimentos no caso do Afeganistão, que colocou de joelhos a maior potência capitalista do mundo, os Estados Unidos.

BRASIL

Falar de cultura no Brasil precisamos remontar séculos, porque nestas terras viveram os indígenas e a partir de 1500 foram chegando vários grupos étnicos, notadamente da Europa e África, para culminar nas últimas imigrações de quase todos os povos do planeta terra.

A independência do Brasil da coroa portuguesa marca o início da participação da população através da eleição de seus representantes para desenvolver políticas públicas. Entre os avanços, como a Semana de Arte Moderna, o auge do teatro de revista, a revelação de grandes compositores, a criação do IPHAN, dentre tantos avanços, deparamos em 1964 com a ditadura militar. Para exemplificar esse período citamos apenas a vasta construção de auditórios por todo o País, substituindo os teatros, local coletivo. Auditório significa: Uns poucos expressam, enquanto muitos ouvem. Pleno autoritarismo. Esta herança está presente em nossos dias, até na formação dos arquitetos nas universidades brasileiras. Enfim, vivemos um tempo dos filhos da ditadura.

Porem na década de 80/90 de século passado retomamos a caminhada de democratizar as políticas públicas no País.

O Brasil é um país que passou por todos os períodos da história, deixando um rastro de destruição da sua Cultura, que precisamos de reflexão e conscientização em nossos dias.

Com a Constituinte de 1988 vários órgãos já criados na esfera do Governo Federal, foram potencializados juntamente com o Ministério da Cultura, que estabelece então os princípios de uma política de Cultura.

Nos governos do PT, buscou-se a afirmação da cultura como instrumento de luta contra-hegemônica, uma ferramenta questionadora dos grandes consensos que se cristalizaram no período neoliberal: do uso da cultura como medida assistencialista à fórmula de financiamento privado e pasteurização oferecida pela cultura de massas.

Ao estimular visibilidade, participação social e política de sem-números de experiências que passam a ser protagonistas de sua memória e da sua visão própria do presente e do futuro, reconhece que a cultura é, sobretudo, o encontro de muitas éticas e estéticas. Assim, nossos governos afirmaram que, para a cultura, só há centralidade possível quando ela é plural e diversa e não eco repetido das mesmas vozes e lugares.

As políticas públicas de cultura no Brasil buscaram estimular tal centralidade, induzindo à visibilidade os que foram condenados à invisibilidade por décadas de conservadorismo. Fez isso com a pluralidade de nossa cultura e com parcela do próprio Estado, também bastante acostumado à sombra de seu formalismo tecnocrático. As conquistas, portanto, não estão naquilo que o Estado pretensamente fez, mas, sim, na relação dialógica, dinâmica e respeitosa que, mesmo que instável, se estabeleceu.

Assim, o que foi construído sob Lula e Dilma é a recuperação e o redimensionamento do papel do Estado brasileiro no estímulo às práticas na consolidação da cultura como política pública. Isso é, portanto, um jeito de ver e pensar o mundo distante da lógica individualista, consumista e de exaltação de celebridades que é dos conservadores.

Para nós, cultura é, fundamentalmente, direito!

A partir desse princípio de cidadania cultural, Lula e Dilma ofereceram ao país a perspectiva da insitucionalidade da cultura nos aparatos governamentais, com a criação de órgãos gestores, conselhos, conferências, aprovação do Plano Nacional de Cultura, a tramitação de vários projetos de Leis e, principalmente a constituição do Sistema Nacional de Cultura.

Paradoxalmente, o último governo eleito do Capitão Jair Messias Bolsonaro, recua mais de 50 (cinquenta) anos na história do Brasil, sequer admite que cultura são políticas públicas. Juntamente com a extinção do Ministério da Cultura, deixa diversas autarquias órfãos de atenção com o trabalho cultural, reduzindo em 100% (cem por cento) o orçamento para a área.

Temos muito a reconstruir. Somos Resistência. Mas a luta continua, a luta cultural será também a luta pela Liberdade e pela Democracia.

ESPÍRITO SANTO

Em terras capixabas política pública de cultura começa com a criação do Conselho Estadual de Cultura em 1968 com a representação de notáveis da cultura, em plena ditadura militar. Para desenvolver ações e projetos foi criada a Fundação Cultural do Espírito Santo, que em pouco mais de 10 anos foi substituída pelo Departamento Estadual de Cultura, já nos anos 80 paralelo à abertura democrática. Somente com a Constituinte de 1988, o

Conselho foi reformulado com representantes da sociedade civil organizada.

No primeiro governo do PT com Vitor Buaiz no Estado, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado da Cultura. No entanto, com a mesma estrutura do extinto Departamento Estadual de Cultura. Continua até os nossos dias sem qualquer estrutura, conseguindo apenas realizar Editais de baixo investimento. O resultado dessa desestruturação podemos constatar em espaços culturais fechados, como o Teatro Carlos Gomes, outros paralisados como o Cais das Artes. E nada mais sendo desenvolvido em todo o Espírito Santo. Também baixíssimo investimento na preservação do Patrimônio Cultural. Se observar a PEC150 que orienta 1,5% do orçamento estadual para a pasta, teríamos na ordem de 230 milhões anuais contra atualmente em torno de 30 milhões.

Entendemos que a cultura tem caráter transversal nas políticas públicas, como a educação, turismo, segurança, saúde, meio ambiente etc. O percentual hoje evidenciado nos planos de cultura tanto federal como estadual e municipal significam o mínimo para implementar suas políticas. Esse baixo investimento reflete no mercado de trabalho e deixam artista, produtores, agentes culturais, sob formas subumanas de sobrevivência. Por outro lado, se recursos fossem alocados a gestão estaria comprometida por falta de quadros técnicos na estrutura das secretarias.

Muito embora, o Estado já possui um plano de cultura aprovado, alicerçados no conselho estadual, no fundo de cultura e órgão gestor, não se constituem suficiente para o desenvolvimento de plena política cultural, destacando notadamente o baixo investimento nos últimos anos.

PROPOSTAS DE DIRETRIZES E AÇÕES

As atividades culturais e criativas são vocações da sociedade brasileira e constituem um setor dinâmico da economia e da vida social do País. Elas apresentam elevado impacto sobre geração de renda, emprego e arrecadação de impostos. Essas atividades geram 2.64% do PIB brasileiro, economia que está sendo afetada com essa crise, gerando perda de receitas no setor Cultural.

Nesse contexto, as relações trabalhistas da Cultura são informais e temporárias. Cerca de 44% apontam que os trabalhadores da cultura são autônomos. Assim sendo é preciso garantir a esses trabalhadores nessa pandemia e pós pandemia sua sobrevivência, através de conjunto de ações de fomento para o Setor Cultural, imprescindíveis nesse momento para a economia da Cultura.

Fortalecer e potencializar as ações das políticas culturais no planejamento, qualificando os desenhos de programas estratégicos de longo prazo.

Para viabilizar essa estratégia é fundamental instituir marcos legais, desenvolver sistemas de informações, indicadores de avaliação e mecanismos de regulação de mercado.

Investir uma política de intercambio, através de incentivo a circulação de bens e espetáculos culturais, por meio de projetos, festivais e feiras que permitam a democratização do acesso a esses bens e serviços e ampliação do mercado interno de consumo dos bens simbólicos.

Financiar programas e projetos que contribuam para a afirmação da diversificada identidade cultural, objetivando uma alternativa para articular a comercialização de bens e serviços culturais com a indústria do turismo, beneficiando a cadeia produtiva da cultura.

Criando leis de fomento de acordo com o Plano Nacional de Cultura, procurando estabelecer o aprimoramento das regras de financiamento das atividades culturais via fundos públicos, orçamento e leis de incentivo fiscal; atendendo a recomendação da ONU para educação, a ciência e a cultura; que estabelece a aplicação dos recursos municipais de, no mínimo 1%, destinado à cultura do município.

O programa de políticas públicas de cultura não pode – nem deve – se esgotar nas proposições aqui apresentadas. Sendo resultado de um processo democrático, e, em permanente construção.

DIRETRIZES E AÇÕES

1. A cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento;
2. As relações do meio ambiente com o turismo e a cultura;
3. O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais;
4. Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e experiências estéticas;
5. Criar através de leis o registro e memória das manifestações culturais populares valorizando as tradições locais, criando os pontos de cultura como blocos e escolas de samba, casas de

- religiões de matrizes africanas, grupos de congos, grupos de paneleiras, autos e manifestações culturais, artísticas e religiosas;
6. Valorizar e estimular a produção e circulação das artes e da cultura com leis de fomento, fundo municipal de cultura;
 7. Estimular a valorização das modalidades circenses, com a criação da escola de circo;
 8. Garantir por meio de leis o recurso de no mínimo 1% do município destinado para a cultura dos municípios ;
 9. Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus, patrimônio material e imaterial;
 10. Instalação, ampliação e modernização de Bibliotecas Públicas ;
 11. Ampliação das ações de fomento ao livro, à leitura e edições de livros; e, implantação de bibliotecas comunitárias;
 12. Desenvolver o turismo cultural sustentável através da circulação dos espetáculos, festivais de teatro, circo, dança, música e práticas populares;
 13. Incentivar, apoiar, e desenvolver festival de cinema respeitando a diversidade cultural e étnica de cada cidade;
 14. Garantir a ampliação, divulgação e recursos para o Festival Nacional de Teatro proporcionando a “inclusão cultural” de todo cidadão da Capital;
 15. Consolidar e fortalecer os Conselhos de Cultura, como esfera de debate, avaliação das políticas públicas do Estado e dos municípios, garantido o fórum permanente, seminários e conferência de cultura;
 16. Execução e acompanhamento dos planos Municipais de Cultura de acordo com o Plano Nacional e Estadual de Cultura reconhecendo as diferenças regionais;
 17. Criar uma base de dados, através de um catálogo sobre as manifestações culturais, dados sobre grupos culturais e artistas, com fotos e textos;

18. Incentivo ou subsídio fiscal para os comerciantes que criarem espaço de cultura capixaba e lojas de produtos culturais no comércio e na rede hoteleira;
19. Ampliar o acesso a produção de obras literárias garantindo espaços de circulação e comercialização dos livros e CDs nas bancas de jornais, nas livrarias e bibliotecas municipais; criando leis de incentivos para os livreiros, escritores e associações de escritores;
20. Fomentar, estimular a criação de centros culturais, bem como, preservar os espaços já existentes através de convênios e parcerias, valorizando as manifestações performativas e culturais;
21. Promover a integração das artes na educação de acordo com LDB, garantindo a obrigatoriedade do ensino das artes e oficinas nas escolas municipais;
22. Fortalecer os editais de fomento para circulação de espetáculos no setor das artes cênicas, músicas, artes populares, grupos de artistas populares;
23. Criar bolsas, programas, e editais específicos que diversifiquem as ações de fomento às artes nos Municípios;
24. Fomentar os circuitos artísticos e culturais de rua, com destaque para o teatro, dança, circo, música e práticas performativas populares
25. Valorização e identificação dos artistas capixabas participantes de eventos nas publicidades, na mesma proporção do artista de outros estados e países;
26. Investir numa política de intercâmbio através de incentivo à circulação de bens e espetáculos culturais entre as diversas regiões do Brasil, por meio de projetos, festivais e feiras que permitam a democratização do acesso a esses bens e serviços;
27. Assegurar, de acordo com o PNC, espaço de montagem para o circo em áreas centrais dos municípios, implementando, desta

forma, licença anual, objetivando as instalações para o pleno funcionamento da atividade circense;

28. Cumprir a regulamentação das profissões da área cultural, criando condições para o reconhecimento de direitos trabalhista, previdenciários no campo da arte, da produção e da gestão cultural, incluindo os profissionais da cultura em atividades sazonais;
29. Investir na profissionalização dos trabalhadores da cultura, através da ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes; e realizar concursos públicos em todas as esferas governamentais para o setor, equiparando nestes concursos o piso salarial de nível superior a carreira especialista em gestão pública ou equivalente e incluindo o reconhecimento de novas áreas de formação relacionadas ao campo cultural;
30. Incentivar e orientar a criação de cooperativas e associações de artesãos e artistas;
31. Estruturar, Valorizar os servidores e profissionais da área cultural, com a revisão do plano de cargos e salário das Secretarias Estadual e Municipais de Cultura;
32. Criar programas de transformação e utilização de espaços públicos em Equipamentos Culturais, requalificando através de ferramentas que garantam a permanência e continuidade deste equipamento. Quanto aos espaços públicos abertos, debater e criar, conjuntamente em comissões e com a sociedade civil organizada, marcos legais para plena utilização destes espaços, levando em conta as especificidades dos diversos segmentos das áreas artística. Quanto aos prédios passíveis de serem considerados de utilidade pública que estejam ociosos, construir, adequar e equipar para atividades artísticas e culturais;
33. Criar um órgão para as políticas de desenvolvimento do Carnaval com autonomia administrativo financeira, bem como pessoal técnico especializado , e com orçamento próprio.

Fomentando a economia criativa de forma pactuada com a sociedade civil organizada, desenvolvendo com isso uma nova política de gestão para o carnaval, articulado com outras secretarias como a de Turismo.

;

34. Potencializar as Festas Populares nos municípios, como os autos, festas juninas, procissões e os grupos folclóricos;

35. Criar Institutos de Patrimônio Cultural para desenvolver políticas de preservação do patrimônio cultural, elaborando legislação específica nas áreas de patrimônio material (bens móveis, imóveis e naturais), como também, imaterial (tradições); através de inventários, tombamentos e registros, construindo programas de preservação que incluam, inclusive, a gestão de museus. Com autonomia administrativa financeira e instrumentos como conselhos e fundos, capazes de aliar a estrutura federal e estadual;

36. Instituir a CULTURA DA PAISAGEM: disseminar o conceito contemporâneo de paisagem como parte integrante das regiões turísticas do Estado, de forma que seja levada a identificar sua paisagem e os principais elementos que a constituem, com o objetivo de definir o que deve ser preservado e/ou qualificado;

a – As paisagens são consideradas território ou espaço onde estão integrados os elementos: natureza, presença humana e marcas culturais deixadas ao longo dos tempos. Portanto, o ambiente, o homem e a cultura são os elementos que em

conjunto compõem as paisagens e o turismo se beneficia da paisagem.

A compreensão do conceito contemporâneo de paisagem torna-se importante também porque indica as significativas funções de interesse público que ela desempenha nos campos cultural, ambiental, ecológico e social. Ela deve ser ainda entendida como recurso favorável à atividade econômica, sendo por isto fundamental na geração de empregos e melhoria da renda (Convenção Europeia da Paisagem-2000).

b – A paisagem e a identidade local são importantes para o processo criativo na trajetória de desenvolvimento econômico e de revitalização das cidades. Podendo se tornar um vetor de desenvolvimento econômico e urbano;